

O dossiê do dossiê: as hipóteses concorrentes sobre as Diretrizes Curriculares¹

Jairo Ferreira
Potiguara Mendes da Silveira Jr.

Esta edição nos traz os resultados da chamada para o dossiê sobre as Diretrizes. Apesar de a quantidade ter sido aquém do esperado, se considerarmos a avalanche de e-mails pró e contra as Diretrizes em debate nas listas da área, a qualidade dos textos atingiu a meta pretendida: definir referências para uma discussão epistemológica sobre as Diretrizes.¹

Em sua finalização, tivemos a feliz sensação de realização. Por quê? Já se disse que a epistemologia da comunicação não renderia um dossiê. Vem rendendo, em cada edição sucessiva da revista *Questões Transversais*. Mas esta, em especial, dá um prazer diferenciado: trata-se do dossiê do dossiê, mesmo porque pretende apenas reabrir um debate já em curso nos cursos da área.

Os textos escolhidos indicam hipóteses concorrentes para a análise dos encaminhamentos políticos de institucionalização da área. Essa concorrência não é, necessariamente, antagônica. Pode ser concomitante, convergente ou em oposição ao objetivo estabelecido para esta edição.

Nem todos são respostas diretas à chamada de trabalhos. O texto de **Robert Boure** (“A história das Ciências da Informação e da Comunicação na França: O caso das origens literárias das CIC”) foi intencionalmente trazido para esta edição. Ele já estava no “prelo”, desde a publicação, em número anterior, recuperando o debate de que participou Bernard Miège, do artigo “A circulação do conhecimento e a construção das CICs (Ciências da Informação e Comunicação) na França”. Trata-se de uma reflexão sobre as origens da área da comunicação, mostrando o processo heterogêneo, de tensões entre origens nos estudos literários, nas ciências sociais e nas humanidades, mostrando também que o complexo processo que se “desenha” está atravessado por trajetórias individuais em termos formativos, por orientações, teses resultantes, legislações mutantes, carreiras de professores e pesquisadores, caracterizados por uma “origem plural”. A partir dessa investigação, sustentada empiricamente, chegam conclusões (que continuarão a ser

apresentadas na revista *Questões Transversais*) que compartilhamos pela força do viés pedagógico:

Desejamos apenas que se construa uma cultura de debate, única forma de se proteger contra os excessos da normatização vertical e contra seu inverso, a permissividade sem limites, que apenas busca favorecer a si mesma... livre para rejeitar os outros. É sempre através do debate que se afirmam e aprimoram as posições cognitivas e sociais de cada um e que se constrói essa cumplicidade científica acentuada por Judith Schlanger (1992) a partir da qual podemos nos entender sobre quais são os critérios provisórios e “discutíveis”, logo considerados dignos de serem debatidos. É também graças a ele que se observa mais além das fronteiras, onde começam os territórios dos “outros” e onde saqueadores furtivos do saber mais se preocupam do que se ocupam com o “disciplinarmente correto”. Este testemunho, que alguns acharão pouco “histórico”, servirá de conclusão a uma crônica que poderia ser intitulada “Defesa e ilustração de uma História das Ciências Humanas e Sociais aplicada às CIC”. Mas também está bom assim... (Boure, 2015, p. 14).

Iniciarmos assim o debate indica o esforço editorial de estimular a reflexão entre os pares.

Eduardo Meditsch, em seu artigo “As diretrizes críticas e a crítica das Diretrizes: o ‘conflito das faculdades’ na área acadêmica de Comunicação”, situa as Diretrizes no embate entre duas concepções de universidade: “[...] a produção desinteressada de conhecimento, de um lado, e a formação profissional socialmente engajada, de outro”. Sugere, no processo argumentativo, que essa tensão marcou os rumos da institucionalização da área, inclusive quando atravessada pelas estratégias que definiram a comunicação em território da resolução dos conflitos sociais (seja na perspectiva dos poderes instituídos, seja na perspectiva da crítica). Compreende que a elaboração dessas tensões é central para a afirmação de suas conquistas cognitivas e institucionais. As Diretrizes podem colaborar nesse sentido, ao permitir um grau de autonomia das subáreas que formulam sobre os ofícios, sem, necessariamente, negar as relações cognitivas com a subárea teórica da comunicação.

¹ Esta edição, planejada para ser publicada no volume 2 (2014), foi adiada, após consulta e concordância dos pesquisadores que tiveram seus artigos aprovados. Dois artigos, de fluxo contínuo, foram integrados à edição por sua pertinência ao dossiê.

A proposição de Meditsch instiga questionamentos interessantes em diversas direções. A área faz bem em nominar suas pesquisas de “teorias da comunicação”? Como outras áreas acadêmicas articulam pesquisas e práticas de ofícios? Uma linhagem de pesquisa é apenas teórica?

O terceiro artigo, de autoria de **Afonso de Albuquerque e Marco Antonio Roxo**, apresenta uma hipótese inversa: a autonomia reivindicada é seu inverso, na medida em que subordina a universidade a uma lógica cartorial, associada aos mercados profissionais e suas demandas corporativas. Depois de se perguntar se tais demandas correspondem a solicitações da sociedade, os autores respondem com uma proposição inversa:

Se não existem razões sólidas no plano de uma demanda por parte da sociedade, é razoável imaginar que os motivos da reforma se prendam fundamentalmente aos interesses do lado da oferta, isto é, dos sindicatos de jornalistas e professores de Jornalismo. Trata-se, essencialmente, de prover uma reserva de mercado para os portadores do título superior em Jornalismo (Albuquerque e Roxo, p. 33-34).

O sucesso desse processo, dizem os autores, está ancorado no Estado patrimonial, que alimenta o processo que demanda, da Lei, definições e proteções de espaços corporativos a determinados agentes. O artigo contribui para captar um mecanismo também observável em outros campos, como é referido pelos autores: os elos sucessivos entre lógicas dos mercados, que incidem sobre processos formativos e de pesquisa na gênese da universidade brasileira (Medicina e Direito).

O quarto artigo, de **Antônio Fausto Neto**, estabelece uma tensão, não planejada, nem concertada antecipadamente, com os dois posicionamentos anteriores. Sua visita às Diretrizes ocorre num jogo em que outros fatos são também desenhados, como sugestão, para o entendimento do contexto de sua emergência: o parecer do STF que extingue a exigência do diploma universitário como condição do exercício da profissão de jornalista, a emergência de “epistemologias” privadas (cursos técnicos oferecidos pelas instituições midiático-jornalísticas) e as transformações do jornalismo no espaço da circulação-mediatização. Neste jogo, Fausto Neto sugere que as epistemologias autorreferentes, fundadas na crença do jornalista como mediador fortificado dos processos comunicacionais, devam ser pensadas no contexto de autonomia perante as tecno-lógicas do mercado, de um lado, mas que, de outro, façam-se reflexivas perante os processos de mediatização:

De alguma forma, esta perspectiva se associa ao “leque epistemológico” que aponta outros cenários valorizando a importância de processos observacionais que iriam

além dos habitus das redações, e dos quais resultariam proposições que enunciem crenças de algo mais para além da unidade e da especificidade formuladas pelas “Diretrizes”, por exemplo. Adota-se a perspectiva de uma dimensão relacional que leve em conta estruturas mais complexas e que, portanto, estariam a exigir dos processos formativos o ensino e a reflexão sobre outros processos observacionais (Fausto Neto, 2015, p. 42).

Essa proposição se encaixa bem na pergunta final, precisa para a orientação argumentativa de Fausto Neto: “[...] como seriam desenhadas estratégias formativas que levassem em conta esta nova realidade que retira o jornalista do ambiente da mediação para situá-lo na circulação que leva adiante os processos de mediatização?”

O artigo de **Ana Paula da Rosa** se situa na mesma linhagem de pesquisa – circulação, mediatização –, mas incidindo sobre um fato não abordado nos anteriores: que as Diretrizes abrem para a possibilidade de novos cursos formativos baseados em ofícios em constituição social. No caso, os cursos de Comunicação Organizacional, criados na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (onde participou como formuladora) e na Católica de Brasília. A diversidade de objetos da comunicação e as transformações da comunicação pelos processos de mediatização fundamentam a necessidade de uma observação atenta sobre novas práticas a serem elaboradas e refletidas no espaço acadêmico, embora a isso não deva se restringir. Na formulação, está evidenciado como tais práticas, uma vez instaladas, buscam fundamentos epistemológicos, abrindo-se, por aí, novos questionamentos de pesquisa “pura” no campo, com incidências nos embates institucionais e de institucionalizações.

Finalizamos este número com um artigo do mesmo contexto acadêmico, formulado por quatro doutorandos, com teses voltadas para questões da prática jornalística, capturando assim um lugar de escuta e de fala diferenciado. **Ana Lúcia Migowski da Silva, Clarissa Henning, Moreno Osório e Juliana Lisboa** fazem isto visitando o debate aberto pelo grupo da UFSC (tensionando os argumentos de Meditsch e Gislene Silva) e desdobrado retroativamente nas questões epistemológicas abertas por Groth (a busca de uma ciência do jornalismo). Entendendo a questão da disciplina como um debate epistêmico e político, os autores, à semelhança de Fausto Neto e Ana Paula da Rosa, buscam, nas transformações dos processos midiáticos derivadas das técnicas e tecnologias atuais, novos contextos que demandariam reflexões epistemológicas atualizadas. A frase final do artigo indica o lugar ponderado do argumento desenvolvido: “A valorização de transversalidades e pluralidades pode fazer avançar o conhecimento sobre objetos e práticas do jornalismo, algo crucial para defender sua autonomia”.